



## **Rede Internacional do Gênero e Comércio**

**Boletim Mensal (IGTN)**

**Vol. 6 N° 1**

**Dezembro / Janeiro de 2006**

**Reflexões sobre a VI Ministerial da OMC em  
Hong Kong**

[www.IGTN.org](http://www.IGTN.org)

### **Últimas Notícias sobre as Negociações**

- Reflexão sobre a Ministerial de Hong Kong - Maria Pia Hernandez, IGTN Genebra
- Comércio nas Américas - Kristin Sampson, USGTN

### **A IGTN em Ação**

- Beijing+10 Encontra OMC+10: Avaliação do Impacto da Liberalização do Comércio sobre os Direitos Humanos das Mulheres – IGTN
- Mobilidade do Investimento e da Mão-de-obra na Intensificação do Comércio - Marina Durano, Gigi Francisco e Naty Bernardino, IGTN-Ásia

### **Recursos do Gênero e Comércio**

- Reforçando as Costuras: Garantindo a Promessa da Lei Marco Californiana Contra as *Sweatshops* - Asian Pacific American Legal Center of Southern California (APALC) e Sweatshop Watch

### **Ofertas de Emprego da IGTN**

---

---

### **A Secretaria da IGTN se mudou!**

Como parte do planejamento estratégico da IGTN, a Secretaria ficará sediada agora na Rede de Gênero e Comércio América Latina. Nossas novas informações para contato são:

Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN

Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global  
Rua da Lapa, 180 / salas 908/909 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
CEP: 20.021-180  
TEL. 55 (21) 2224 0227

Para solicitações gerais, queira entrar em contato através do endereço [secretariat@igtn.org](mailto:secretariat@igtn.org)

## **Últimas Notícias sobre as Negociações**

O Resultado de Hong Kong: Reflexões a partir da ótica do gênero.

Maria Pia Hernandez, IGTN – Escritório de Genebra.  
05 de janeiro de 2006.

O resultado da Ministerial de Hong Kong em dezembro de 2005 foi fortemente criticado por organizações da sociedade civil e movimentos sociais devido às substanciais concessões impostas aos países em desenvolvimento enquanto eles não recebem quase nada em troca. O texto de Hong Kong representa um pacote vazio de compromissos e de retórica do desenvolvimento que irá, a bem da verdade, beneficiar em primeira instância a agenda corporativa global e interesses seletos.

Enquanto os negociadores se preparam para uma Ministerial de acompanhamento em março ou abril de 2006, é importante refletir sobre o resultado da Ministerial de Hong Kong e fazer um apanhado das “medidas” concretas oriundas dali e suas conseqüências para homens e mulheres no mundo em desenvolvimento. Ao fazê-lo, as organizações da sociedade civil com um enfoque de gênero estarão mais capacitadas a definir e consolidar estratégias internacionais, regionais e nacionais para questionar o modelo neoliberal e articular políticas genuinamente voltadas para o desenvolvimento nas futuras negociações da OMC.

Desdobramentos fundamentais de Hong Kong:

### **Agricultura**

No último minuto, os Membros concordaram em já ter eliminado os subsídios à exportação agrícola quando chegar o ano de 2013. Antes disso, a maioria esmagadora dos Membros tinha aceitado a data limite de 2010, mas a UE se recusou peremptoriamente a aceitá-la. Sua alegação foi a de que 2013 representa um compromisso significativo pois eles já haviam deixado para trás sua posição inicial de não fixar uma data para o fim dos subsídios à exportação. Em termos reais, o fim desses subsídios vai ser pouco significativo para o impacto que a UE tem sobre a agricultura global. Os gastos da UE com os subsídios à exportação são de apenas 5% de um orçamento agrícola total de 43 bilhões de euros. Segundo as reformas agrícolas da UE resolvidas em 2003, os gastos com subsídios à exportação já haviam baixado a 50% do orçamento agrícola da União Européia em 1980.

Mas acontece que os gastos com outras formas de subsídios agrícolas aumentaram juntamente com o crescimento das exportações agrícolas da UE.

Os Membros também concordaram em eliminar os subsídios dos países desenvolvidos à exportação do algodão no ano de 2006. Embora os Estados Unidos tenham concordado em eliminar os subsídios à exportação, o país não concordou com um cronograma para o fim dos subsídios domésticos que distorcem o comércio do algodão. Para o grupo dos países do C4 (Benim, Burquina Faso, Chade e Mali), que dependem das exportações de algodão, esse acordo não trata da distorção mais importante causada pelo apoio doméstico que distorce o comércio. Um acordo sobre o algodão que tenha significado desenvolvimentista trataria de estabelecer uma data para a eliminação de todos os subsídios domésticos dos EUA para o algodão e incluiria um abrangente pacote de ajuda financeira e técnica que propiciasse reais oportunidades de desenvolvimento às suas economias.

Na designação de Produtos Especiais (PE) e tratamento dos Mecanismos Especiais de Salvaguarda (MES), Hong Kong não agregou valor algum. Pelo contrário, o parágrafo 7 do texto da Reunião Ministerial de Hong Kong declara que “os Membros que sejam países em desenvolvimento têm a flexibilidade de designarem para si mesmos uma quantidade apropriada de linhas tarifárias como Produtos Especiais sob a orientação de indicadores que se baseiem em critérios de segurança alimentar, segurança da subsistência e desenvolvimento rural. Esses Membros também terão o direito de recorrerem a um Mecanismo Especial de Salvaguarda baseado nas quantidades de importação e gatilhos de preços, com acertos precisos a serem mais profundamente definidos.” A linguagem do texto ministerial é mais ambígua do que a usada no Quadro de julho de 2004.

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftn1>  
[1]

Além do mais, os negociadores ainda precisam definir o que será uma “quantidade apropriada” tal que mantenha aberta a possibilidade de que mesmo esta importante concessão aos países em desenvolvimento venha a se mostrar insignificante se ao fim e ao cabo apenas algumas linhas tarifárias possam ser designadas como Produtos Especiais. Os PE e os MES são questões cruciais de negociação para os países em desenvolvimento, especialmente para que eles tenham a soberania política que lhes permita protegerem as mulheres agricultoras cujo trabalho costuma ser fundamental para garantir a segurança alimentar local e a renda domiciliar.

Um marco importante no avanço das considerações de gênero nas políticas de comércio foi atingido em 2005, quando os países do G33 incluíram explicitamente tais considerações como um elemento importante para a segurança alimentar num documento oficialmente submetido à OMC. Essa conquista foi precipitada pelo documento informativo da IGTN, “Incorporando Considerações de Gênero para a Designação de Produtos Especiais nas Negociações Agrícolas da OMC”.

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftn2>  
[2]

## Serviços

É particularmente preocupante que o acordo a que chegaram os membros da OMC em Hong Kong endosse o conceito de negociações plurilaterais onde nenhum membro ou grupo de membros possa apresentar solicitações individuais ou coletivas para outro(s) membro(s) em qualquer setor específico ou modo de oferta, identificando seus objetivos para as negociações no tal setor ou modo de oferta. A maior preocupação com tal dispositivo é que os países, especialmente aqueles com economias pequenas e vulneráveis e limitações de recursos técnicos, ficarão mais circunscritos ao exercer o direito de determinar suas políticas de desenvolvimento e enfrentarão maior pressão para entabular negociações e aceitar os acordos comerciais promovidos pelos – e favoráveis aos – países mais ricos e politicamente mais poderosos.

As negociações plurilaterais são um rompimento com os atuais princípios, objetivos, flexibilidades e a estrutura jurídica existente para a negociação de serviços, conforme estabelecido pelo Acordo Geral da OMC para o Comércio de Serviços (GATS), que somente reconhece o processo bilateral de pedido-oferta como o método principal para negociar compromissos de negociação em serviços. O texto de Hong Kong sobre serviços visa acelerar o processo de liberalização no Sul em setores cruciais para o desenvolvimento, particularmente o das mulheres, como em serviços essenciais tipo água, saneamento, educação, saúde, infra-estrutura e energia.

### Acesso a Mercados Não Agrícolas (NAMA)

O texto de Hong Kong endossa uma “abordagem de acréscimos não lineares que estabeleça taxas básicas para dar início às reduções tarifárias”. Os representantes dos países em Hong Kong concordaram em usar uma fórmula suíça para o corte das tarifas industriais, o que significaria que as tarifas mais elevadas seriam cortadas por um percentual maior do que as menos elevadas. Embora os ministros ainda precisem chegar a um acordo quanto aos coeficientes a serem usados na fórmula, o que determinaria os percentuais pelos quais as tarifas mais elevadas e as menos elevadas seriam cortadas, o resultado vai aumentar o risco de uma rápida desindustrialização nos países em desenvolvimento. Estes países costumam ter tarifas dos setores industrial e manufatureiro mais elevadas do que aquelas dos países desenvolvidos para poderem proteger seus setores industriais domésticos das importações na indústria. Cortes abruptos nessas tarifas iriam abrir os setores em questão para a concorrência dos importados, o que provavelmente deslocaria a produção local e os empregos.

Para a quantidade significativa de mulheres trabalhando em setores industriais de países em desenvolvimento, a aplicação da fórmula suíça poderia levar a níveis mais altos de desemprego e a uma piora das condições de vida. Além disso, cortes tarifários reduziriam receitas tarifárias, restringindo os orçamentos dos países em desenvolvimento e reduzindo os gastos com programas sociais e o atendimento à saúde, o que é crucial para o avanço das mulheres.

Desenvolvimento:

O chamado “Pacote para o desenvolvimento” consiste em dois componentes que os países desenvolvidos asseguram que irão promover o desenvolvimento. O primeiro propiciaria benefícios dos países desenvolvidos exclusivamente aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), e os países em desenvolvimento que se declarassem aptos a fazê-lo ofereceriam acesso DFQF (*duty-free/quota-free*, ou seja, sem tarifas alfandegárias nem cotas de importação) a todos os produtos oriundos dos LDCs a partir de 2008. Embora isso possa beneficiar os LDCs, o texto deixa uma brecha que permite aos países desenvolvidos contornarem até mesmo esta mínima concessão. No parágrafo subsequente, a oferta apresenta a condição de permitir que “os Membros que tiverem dificuldades, na ocasião, para propiciarem acesso ao mercado conforme estabelecido acima deverão dar acesso ao mercado sem tarifas nem cotas alfandegárias a pelo menos 97% dos produtos oriundos dos LDCs, definidos no nível da linha tarifária, a partir de 2008”. Assim, os países desenvolvidos terão o direito de excluir até 3% das linhas tarifárias do DFQF. No caso dos EUA, esse montante chegaria a 300 produtos e permitiria que aquele país exclua, por exemplo, importações têxteis de Bangladesh e Camboja, que são produtos de exportação mais competitivos desses países. E isso não é uma hipótese: os EUA já declararam que, de fato, irão excluir os têxteis de Bangladesh e do Camboja.

O segundo componente do pacote para o desenvolvimento é a iniciativa “ajuda para o comércio”, cujo objetivo é ajudar os países em desenvolvimento, particularmente os LDCs, a construir sua capacidade do lado da oferta e infra-estrutura relativa ao comércio, de forma que eles possam manter seus compromissos com a OMC, gerir um engajamento maior no sistema multilateral de comércio e expandir o seu comércio internacional. A maior preocupação com este dispositivo é que não está claro como essa “ajuda” vai chegar aos países em desenvolvimento. A maior parte deverá chegar na forma de empréstimos (e não como subvenção), o que aumentará ainda mais a dívida das economias dos países em desenvolvimento. Outra preocupação é que certos países desenvolvidos irão simplesmente reordenar seus gastos com o desenvolvimento, o que significa que, embora se trate de dinheiro novo para a iniciativa de “ajuda para o comércio”, essas verbas estarão sendo pescadas de programas e projetos voltados para o desenvolvimento que já existiam e tinham um impacto social mais amplo, por exemplo nas áreas da educação, saúde e saneamento.

Hong Kong: a mesma história de sempre

Hong Kong pode ser visto como um momento político para os defensores do modelo neoliberal manterem a justificativa de existência da OMC. E mais, depois do fracasso de Cancun, chegar ao fim de outra Ministerial sem um consenso teria assegurado o questionamento da utilidade da OMC e, o que é mais importante, a eficácia das políticas neoliberais para o comércio. Embora os Membros da OMC que são países desenvolvidos, e alguns dos Membros que são países em desenvolvimento mais poderosos, assegurem que as políticas neoliberais (maior liberalização, privatização e desregulamentação) sejam o melhor e o único caminho para o desenvolvimento, o alívio da pobreza e o bem-estar global, existem cada vez mais evidências em contrário. A IGTN há muito afirma que as políticas neoliberais são prejudiciais aos pobres do mundo, particularmente às mulheres.

Nos últimos meses, até mesmo o Banco Mundial reconheceu que a liberalização do comércio oferece significativamente menos para a erradicação da pobreza do que se admitia alguns anos atrás.

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftn3>  
> [3]

A questão agora é o que nós, sociedade civil, deveremos esperar das próximas negociações da OMC. É óbvio que não sobre muito tempo. A Rodada de Doha estava originalmente prevista para terminar no dia 1º de janeiro de 2005. Agora só falta um ano de uma carência de dois anos para terminar e deve-se esperar uma pressão imensa bem como muita manobra política dos países desenvolvidos que são membros em prol da consecução de suas metas. Outra observação importante é que a autoridade do governo estadunidense para a promoção do comércio se extingue em julho de 2007. Assim sendo, deverão ser concluídas negociações substanciais desta rodada ainda em 2006, o que significa que deve-se atingir acordo quanto a todas as modalidades de negociação até a próxima Reunião Ministerial da OMC que foi provisoriamente marcada para ocorrer em Genebra no mês de abril deste ano. Entretanto, fala-se nos EUA de uma extensão temporária da autoridade estadunidense para a promoção do comércio específica para a OMC.

A experiência em Hong Kong mostrou que, apesar da resistência da sociedade civil e da aliança que surgiu entre grupos de países em desenvolvimento (o G110), o resultado foi um desequilibrado Texto Ministerial que suscita concessões substanciais dos países em desenvolvimento (por exemplo, o uso de uma fórmula suíça no NAMA e a abordagem plurilateral às negociações sobre serviços) enquanto lhes dá de volta um pacote vazio de promessas de desenvolvimento. Hong Kong resultou num passo atrás para o desenvolvimento e limita ainda mais a soberania política dos países em desenvolvimento.

Ao olharem para o futuro, as organizações da sociedade civil devem se concentrar em fazer pressão sobre os governos de seus países à luz do acordo fechado em Hong Kong e suas consequências domésticas. Nesse sentido, é importante destacar a necessidade de políticas sensíveis ao gênero em todos os níveis, inclusive os acordos do comércio. O G33, liderado pela Indonésia, deu um primeiro passo muito importante nesse sentido com a inclusão de considerações de gênero na designação dos PE. É importante apoiar essa iniciativa, que representa uma primeira tentativa de refletir concretamente as considerações de gênero nas negociações do comércio. Embora ainda não seja uma solução para os problemas estruturais e teóricos inerentes ao modelo neoliberal e ao sistema da OMC, já é um passo na direção de diminuir impactos prejudiciais e reclamar lugar para alternativas econômicas.

Disponível em <http://www.igt.org/page/672/1>

Para obter mais comentários da IGTN sobre o andamento das negociações Ministeriais e sobre as atividades da IGTN em Hong Kong, queira ler os artigos abaixo:

### **Últimas notícias sobre a Ministerial:**

A OMC Ainda de Pé – O Desenvolvimento em Bases Incertas – 03 de janeiro de 2006.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/673/1>.

A Vida de Mulheres em Risco: Perdeu-se o Desenvolvimento no Último Esboço – 18 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/668/1>.

Esboço do texto ministerial nega o desenvolvimento – 17 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/666/1>.

Países em Desenvolvimento Resistem à Expansão e Consolidação do Acesso a Mercados no NAMA nos Serviços – 16 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/665/1>.

Países em Desenvolvimento Impugnam o Pior Esboço de Texto Ministerial – 15 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/664/1>.

MULHERES NA OMC EXIGEM: O DESENVOLVIMENTO DE VERDADE NÃO SE VENDE – 14 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/661/1>.

Relatórios sobre os Eventos da IGTTN em Hong Kong:

Beijing+10 Encontra OMC+10: Militantes dos Direitos das Mulheres Miram na OMC – 16 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/663/1>.

Abordagem dos Direitos para a Igualdade de Gênero, o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – 15 de dezembro de 2005

Disponível em <http://www.igtn.org/page/662/1>.

### **Comércio nas Américas: AFTA e CAFTA**

Kristin Sampson, USGTN  
10 de janeiro de 2006  
ALC Andino

As negociações para o Acordo de Livre Comércio Andino (AFTA) entre os Estados Unidos (EUA), a Colômbia, o Equador e o Peru, têm tido novos desdobramentos no fechamento de

2005. No dia 07 de dezembro último, os EUA e o Peru chegaram a um acordo quanto ao texto. No dia 06 de janeiro de 2006, o Presidente Bush notificou ao Congresso dos EUA a sua intenção de assinar um acordo de livre comércio com o Peru. A Colômbia e o Equador ainda têm de concluir as negociações com os Estados Unidos pois restam questões por resolver na agricultura e na propriedade intelectual. Os negociadores dos EUA e da Colômbia vão se reunir entre 25 e 31 de janeiro de 2006, onde se espera haver continuidade para as negociações entre os EUA e o Equador. Atualmente, a Colômbia e o Equador estão elaborando uma posição conjunta sobre a propriedade intelectual.

O texto do ALC entre EUA e Peru foi liberado no dia 06 de janeiro de 2006 e revelou que os EUA haviam assegurado a liberalização no final das contas para todos os seus produtos agrícolas através de um sistema de cotas tarifárias que se expandirão anualmente, durante um período de 17 anos. Mesmo as tarifas sobre bens agrícolas peruanos como os laticínios, o milho, o arroz, a carne bovina e o frango, acabarão por serem eliminados e, a curto-prazo, drasticamente cortados. Ao mesmo tempo, o Peru pôde se ater ao acesso existente com isenção de tarifas alfandegárias aos produtos que o país tem sob a Lei Andina de Erradicação das Drogas e Promoção do Comércio (ATPDEA) e expandir sua cota tarifária para exportações aos EUA de leite evaporado e condensado, queijo e açúcar.

Na propriedade intelectual, o ALC entre os EUA e o Peru usa linguagem que reconhece a importância da biodiversidade, mas não contém dispositivos para que as empresas exploradoras de recursos genéticos compartilhem os benefícios com as comunidades locais, demanda fundamental para os países andinos. Além disso, o Peru cedeu numa questão de patente de plantas. Embora sejam retrocessos chave em termos de proteção da biodiversidade e do desenvolvimento local, os EUA não conseguiram ganhar a inclusão do segundo uso das patentes, além das patentes de animais e dos procedimentos cirúrgicos que eram demandas daquele país.

As concessões feitas pelo Peru não são um bom sinal para a realização das demandas da Colômbia e do Equador. Por exemplo, a Colômbia designou a carne escura de frango como um produto ultra-sensível e provavelmente vai fazer pressão para que seja excluído das negociações ou que fique sujeito a uma cota muito pequena. Os avicultores colombianos têm a preocupação de que a indústria norte-americana consiga vender peito de frango, a carne branca do frango, a um preço extra nos EUA, o que permitiria a venda de peças da carne escura a preços muito baixos. Desta forma, grandes importações de carne escura de frango poderiam desestabilizar a indústria colombiana.

Em termos das concessões peruanas relativas à propriedade intelectual, a Colômbia tem rejeitado até agora as demandas estadunidenses por patentes de segundo uso, plantas, animais e procedimentos cirúrgicos. A concessão peruana quanto às patentes de plantas poderia aumentar a pressão para que a Colômbia também faça a mesma concessão.

## CAFTA

O acordo de livre comércio entre EUA, América Central e República Dominicana deveria entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2006, mas foi retardado devido a mudanças jurídicas exigidas na América Central e na República Dominicana. Por causa de atrasos de

todos os países membros, os EUA decidiram que o acordo entrará em vigor num rodízio à medida que os países forem implementando as “mudanças retroativas de longo alcance em suas leis domésticas que regem a saúde pública e a propriedade intelectual, e ainda outras regulamentações exigidas pelo acordo de comércio e investimento”.

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftn4>

[4]

Em 09 de janeiro de 2006, o presidente salvadorenho Tony Saca assinou o decreto final sobre as reformas jurídicas que preparariam El Salvador para entrar em vigor em fevereiro de 2006. A aprovação das reformas gerou considerável dissidência do partido opositor e detonou grandes manifestações em que particularmente os camelôs protestavam contra leis que classificavam como crime o ato de comprar e vender bens pirateados, uma prática que provê o sustento de milhares de famílias pobres em El Salvador.

A Guatemala sofre grande pressão dos EUA para modificar ainda mais o projeto de lei sobre proteção à propriedade intelectual de forma a melhor proteger os dados relativos a testes usados para conseguir aprovação de produtos farmacêuticos, mas tem conseguido resistir até o momento. Leis assim, que se referem exclusivamente a dados, são escritas para evitar que empresas genéricas usem os dados relativos a testes de marcas para conseguir a aprovação de suas drogas mais baratas. Somente regras mais rígidas para dados de testes irão proteger os lucros farmacêuticos ao mesmo tempo em que irão colocar as drogas imprescindíveis para a sobrevivência de seus usuários ainda mais fora do alcance da população pobre.

A Nicarágua estará fazendo emendas nas leis de três áreas antes da implementação do CAFTA, leis da propriedade intelectual relativas aos direitos de criação, leis trabalhistas e novas leis que aplicam multas nas empresas que se envolverem em corrupção.

Quase não foram divulgadas as alterações que Honduras estará realizando, mas espera-se que elas estejam prontas para a implementação prevista para o dia 01 de fevereiro de 2006.

A Costa Rica ainda não assinou o CAFTA e a questão se tornou bandeira na corrida para as próximas eleições presidenciais.

### **A IGTN em Ação**

Beijing+10 Encontra OMC+10: Avaliação do Impacto que a Liberalização do Comércio Exerce sobre os Direitos Humanos das Mulheres.

Preparação de Alexandra Spielloch, Kristin Sampson e Maria Riley.

No 10º aniversário da Quarta Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres e da fundação da Organização Mundial do Comércio, a Rede Internacional de Gênero e Comércio (IGTN) escolheu se concentrar no impacto que a liberalização do comércio exerce sobre a segurança econômica das mulheres como sua contribuição à revisão de

Beijing+10 porque a liberalização do comércio é um dos pontos mais fortes para a integração econômica global.

Desde 1995, existem evidências de que as forças econômicas e políticas têm sido responsáveis por medidas e políticas, que vão de encontro aos compromissos assumidos por governos para a implementação da Plataforma de Beijing para Ação. Esta compilação de relatórios é uma tentativa de reunir reflexões acerca do que tem acontecido e/ou está acontecendo nas regiões com relação ao processo de liberalização dez anos depois de ocorridos esses dois eventos de grande importância para a vida das mulheres.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/670>.

### Investimento e Mobilidade da Mão-de-obra na Intensificação do Comércio

Por Marina Durano, Gigi Francisco e Naty Bernardino.

Este pacote de alfabetização econômica é uma análise concisa, porém abrangente da significância da inclusão do investimento e dos serviços nas negociações do comércio e outras questões atuais de preocupação específica para as mulheres.

Conteúdo:

- Leis Internacionais sobre Investimento: Para Criar Consenso acerca dos Direitos dos Investidores Estrangeiros;
- Como o Investimento e os Serviços se Tornaram Negociáveis;
- Não Mordam a Isca do Modo 4;
- O Modo 4 do GATS e o Trabalho Migratório das Mulheres;
- Mais Restrições num Espaço Limitado: Mulheres nos LDCs Asiáticos, nos CITs (países em transição) e nos Países Candidatos a Ingresso na OMC;
- Dez Anos de OMC é uma Espera Demorada!

Disponível em <http://www.igtn.org/page/669>.

### Recursos do Gênero e Comércio

- Reforçando as Costuras: Garantindo a Promessa da Lei Marco Californiana Contra as *Sweatshops*

Artigo escrito pelo Asian Pacific American Legal Center of Southern California (APALC) e pela Sweatshop Watch

Este estudo feito em setembro de 2005 sobre os abusos trabalhistas na indústria de confecções da Califórnia descobre que a mudança demora a chegar para a maioria das trabalhadoras.

Conforme destaca o site da APALC na Internet:

Seis anos depois que o Projeto de Lei 633 (AB 633) da Califórnia foi aprovado, a APALC e a Sweatshop Watch (juntamente com o Caucus Asiático para a Lei, o Centro dos Trabalhadores em Confecções e a Clínica para os Direitos Trabalhistas das Mulheres na Faculdade de Direito da Universidade Golden Gate) divulgaram um relatório que documenta os sucessos e fracassos daquilo que, muitos esperavam, viesse a ser a legislação mais forte do país contra as *sweatshops*. Nosso relatório revela que, embora o AB 633 possa ser uma ferramenta poderosa para os trabalhadores das confecções conseguirem recuperar seus salários, ele vem sendo usado sem eficácia alguma pelo órgão estadual do trabalho e por isso ignorado por muitas empresas do ramo que continuam a lucrar com a mão-de-obra nas *sweatshops*. Concluímos com uma série de recomendações que deveriam ser implementadas para a realização do pleno potencial do AB 633, como parte da nossa responsabilidade coletiva de mandar as *sweatshops* de uma vez por todas para o nosso passado e não para o nosso futuro.

Disponível em <http://www.apalc.org/pdf/files/SWReportFinal.pdf>

## **Ofertas de empregos**

Representante da Rede Internacional de Gênero e Comércio em Genebra.

A Rede Internacional de Gênero e Comércio procura pessoa motivada e despachada para representá-la em Genebra, na Suíça. A IGTN engloba sete redes regionais: África, Ásia, Caribe, Europa, América Latina, América do Norte e Ásia Central. A Rede busca o enfoque da reprodução social sustentável (a economia dos cuidados) e dos processos democráticos nas políticas do comércio. Sua meta de longo prazo é atingir políticas e desenlaces econômicos justos e democráticos. A agenda de incidência da Rede aborda as necessidades das mulheres, famílias e comunidades que são afetadas negativamente pelas atuais políticas de liberalização do comércio. A Rede é inclusiva, mas é direcionada para as mulheres.

### **Principais Responsabilidades**

- Monitorar os desdobramentos da OMC, bem como os debates no Conselho Geral e noutros organismos relevantes daquela organização;
- Divulgar informações e documentação sobre as negociações, debates e desdobramentos relevantes com análises estratégicas de gênero para a rede da IGTN e entidades amigas;
- Divulgar a cada dois meses, e sempre que se fizer necessidade, informativos sobre os processos da OMC, destacando os novos debates e mudanças de posição dos países;
- Identificar instituições, países e pessoas que podem ser procurados(as) para *lobby* tanto em Genebra quanto nos congressos nacionais;

- Fazer incidir a agenda da IGTN nas instituições, organizações, países e indivíduos apropriados. Ver [www.igtn.org/WTO/WTOResources.htm](http://www.igtn.org/WTO/WTOResources.htm);
- Representar a IGTN e buscar uma conscientização para a posição da IGTN em reuniões tanto intergovernamentais quanto não-governamentais;
- Colaborar com as ONGs parceiras para o avanço de uma agenda do desenvolvimento democrático e social;
- Trabalhar para o avanço de uma análise, feita pela ótica do gênero, das questões do comércio em ambientes intergovernamentais e não-governamentais;
- Estabelecer elos com agrupamentos e instituições do comércio, por exemplo, a UE, o G-20, o G33, a UNCTAD e o South Centre;
- Pesquisar e escrever pelo menos 3 trabalhos por ano sobre as questões de negociação da OMC que tenham relevância dentro da ótica do gênero;
- Fazer circular pela mídia e nas reuniões pertinentes os artigos e pontos de vista da IGTN;
- Administrar o escritório.

#### Perfil Necessário

- Conhecimento e experiência na monitoração da agenda do comércio;
- Comprometimento com o trabalho de fazer avançar uma análise forte do gênero;
- Comprovada capacidade de liderança e de exercer iniciativa;
- Capacidade de se comunicar com eficácia em inglês e espanhol ou português, tanto na habilidade escrita quanto na oral. O francês será considerado como um atributo.
- Facilidade para falar em público;
- Capacidade e experiência em incidência e *advocacy*;
- Capacidade para trabalhar com criatividade e independência dentro de um contexto de colaboração com ONGs;
- Capacidade para trabalhar em articulações e redes;
- Capacidade de trabalhar no seio de diferentes culturas;
- Capacidade administrativa geral;
- Disponibilidade para viajar;

Prazo de contratação: um ano, sujeito a extensão após avaliação.

Faixa salarial: de 36.000 a 42.000 dólares americanos por ano, mais benefícios, dependendo da experiência.

Contato: Graciela Rodriguez - [graciela@equit.org.br](mailto:graciela@equit.org.br)  
cc. para Maria Pia Hernandez - [maria.pia@igtn.org](mailto:maria.pia@igtn.org)

Prazo de entrega das propostas: 10 de fevereiro de 2006

#### **Vagas para a Secretaria Global da IGTN** Instituto EQUÏT - Rio de Janeiro, Brasil

O INSTITUTO EQUÏT é uma organização feminista que busca transformar as relações sociais e de gênero a partir de uma ótica feminista e prioriza a construção da cidadania, da democracia e dos direitos humanos da mulher, em contraste com a lógica do mercado

([www.equit.org.br](http://www.equit.org.br)). O Instituto está organizado em três áreas temáticas que, a partir da ótica do gênero, abordam os seguintes temas:

- Globalização e políticas macroeconômicas;
- Democracia, cidadania e direitos humanos (econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos);
- Desenvolvimento sustentável.

O Instituto EQUÏT busca fortalecer a participação e a voz das mulheres e destacar a igualdade de gênero. Para tal finalidade, o Instituto participa de redes nacionais e internacionais que trabalham para transformar as relações sociais injustas, com ênfase especial nas desigualdades de gênero.

O Instituto EQUÏT é a nova entidade sede da coordenação da IGTN (Rede Internacional de Gênero e Comércio; para obter maiores informações, consulte [www.igtan.org](http://www.igtan.org) ) e por isso está selecionando novas colaboradoras para trabalharem em seu escritório na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Portanto, o Instituto busca candidatas qualificadas para os seguintes cargos:

#### Coordenação Global de Projetos da IGTN

##### Responsabilidades principais:

- Compromisso e execução política dos objetivos da IGTN;
- Planejamento de atividades, de acordo com o Plano Operativo da IGTN, definido pelo Comitê Coordenador da Rede;
- Execução e monitoramento do Plano nas etapas previstas;
- Realização de capacitações nos temas específicos;
- Elaboração de relatórios e informes das atividades desenvolvidas;
- Elaboração de análises, conteúdos, materiais didáticos, projetos e avaliações;
- Sistematização dos resultados obtidos pela rede;
- Desenvolvimento de metodologias de monitoramento e avaliação da Rede;
- Apoio para a Coordenação da Rede em seus diversos momentos: reuniões, planejamento, atividades de capacitação, incidência etc.

##### Perfil Necessário

- Estudos Universitários de Pós-graduação em Ciências Sociais ou afins;
- Experiência comprovada em temas de gênero e economia/comércio internacional;
- Domínio de idiomas: inglês e português ou espanhol;
- Experiência de trabalho com organizações sociais, preferivelmente com organizações de mulheres;
- Compartilhar a filosofia, a perspectiva política e os objetivos do Instituto EQUÏT / IGTN;
- Disponibilidade para trabalhar em equipe/ rede;
- Grande capacidade para articulações internacionais;
- Disponibilidade para viagens nacionais e internacionais;
- Contratação mínima: dois anos (renovável);
- Conhecimentos de computação;
- Capacidade para realizar capacitações, planejamentos e execução de orçamentos.

ENVIAR CURRÍCULO PARA:  
Instituto EQUÏT  
Rua da Lapa, 180 / 908-909 - Centro  
Rio de Janeiro, Brasil  
ou para: [graciela@equit.org.br](mailto:graciela@equit.org.br)

As propostas serão aceitas de 15 de janeiro até 15 de fevereiro de 2006.  
A análise dos currículos será feita entre 15 e 28 de fevereiro de 2006.  
As entrevistas com as candidatas qualificadas serão realizadas em março de 2006.

Responsável de comunicação da IGTN

Principais responsabilidades:

- Manejar as listas eletrônicas e Website;
- Divulgar informações;
- Traduzir comunicados entre inglês e espanhol ou português;
- Organizar/compilar mensalmente o boletim eletrônico da IGTN;
- Escrever artigos e informes sempre que necessário;
- Solicitar artigos e informações das regiões da Rede para o Boletim;
- Formatar e enviar o Boletim eletrônico da IGTN;
- Manter atualizada a Página web;
- Participar de reuniões ou sessões de planejamento da rede;
- Representar a Rede em eventos e reuniões, conforme necessário;
- Contribuir para a construção das estratégias de comunicação e mídia da IGTN;
- Organizar a documentação e o material de divulgação da rede.

Perfil necessário:

- Formação universitária em Comunicação, Ciências Sociais ou afins;
- Experiência em temas de gênero e macroeconomia, e/ou desenvolvimento e justiça social;
- Domínio de idiomas: inglês (excelente oral e escrito) e português ou espanhol (oral e escrito);
- Amplo conhecimento de computação e desenho de web site;
- Bom nível de manejo de Pagemaker e Photoshop;
- Habilidade para trabalho em equipe e rede;
- Disponibilidade para viagens nacionais e internacionais;
- Capacidade organizacional para planejar e executar eventos e atividades;
- Compartilhar dos objetivos da entidade;
- Profissionalismo e integridade.

ENVIAR CURRÍCULO PARA:  
Instituto EQUÏT  
Rua da Lapa, 180 / 908-909 - Centro  
Rio de Janeiro, Brasil  
ou para: [graciela@equit.org.br](mailto:graciela@equit.org.br)

As propostas serão aceitas entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 2006.

A análise dos currículos será feita entre 15 e 28 de fevereiro de 2006.  
As entrevistas com as candidatas qualificadas serão realizadas em março de 2006.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para [secretariat@igtn.org](mailto:secretariat@igtn.org) e coloque "assinar" na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.  
Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN: [www.igtn.org/page/bulletins/](http://www.igtn.org/page/bulletins/).

---

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftnref1>  
[1] O parágrafo 41 do Anexo A da Decisão do Conselho Geral, conhecido como Acordo Quadro de Julho de 2004, diz que "Os países em desenvolvimento que são Membros da OMC terão flexibilidade para designar uma quantidade apropriada de produtos como Produtos Especiais, com base em critérios de segurança alimentar, segurança da subsistência e necessidades de desenvolvimento rural. Esses produtos poderão ser enquadrados para tratamento mais flexível. Os critérios e o tratamento desses produtos serão mais detalhadamente especificados durante a fase de negociação e reconhecerão a importância fundamental dos Produtos Especiais para os países em desenvolvimento."

O Parágrafo 42 sobre Mecanismos Especiais de Salvaguardas diz que: "Estabelecer-se-á um Mecanismo Especial de Salvaguarda a ser usado pelos países em desenvolvimento Membros da OMC". Essa redação vaga simplesmente reflete as enormes contradições atualmente existentes em torno deste tópico entre os Membros da OMC, tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftnref2>  
[2] Disponível *online* em <http://www.igtn.org/page/568/1>.

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftnref3>  
[3] Ver "The Shrinking Gains from Trade: A Critical Assessment of Doha  
<<http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/wp/05-01ShrinkingGains.pdf>> Round  
> Projections," de Frank Ackerman, GDAE Working Paper No. 05-01, outubro de 2005. Disponível em <http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/wp/05-01ShrinkingGains.pdf>

<outbind://20-00000000AA1B11679FCBD4119C6E00D0B7B3355364086C00/#\_ftnref4>  
[4] Tucker, Todd. "Central American Public Opinion Balks on Further U.S. Demands: New Year Sees Delay in CAFTA Implementation." Americas Program, International Relations Center (IRC). 06 de janeiro de 2006.